

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos nossos acionistas e clientes:
Submetemos a apreciação de V. Sas., em cumprimento das determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A., referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011. O Banco BNP Paribas agradece aos acionistas, clientes e colaboradores pela confiança e apoio recebidos, que possibilitaram o desenvolvimento e fortalecimento dos nossos produtos e serviços.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS - Em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa nº	2012	2011	PASSIVO	Nota explicativa nº	2012	2011
Circulante		13.147.860	19.579.955	Circulante		11.900.487	17.808.558
Disponibilidades	1.366.704	21.050	Depósitos	(10)	3.546.857	1.968.934	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.378.725	4.126.833	Depósitos à vista		266.166	44.659	
Aplicações em mercado aberto	567.753	509.565	Depósitos interfinanceiros		643.127	361.820	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.685.719	3.616.263	Depósitos a prazo		2.570.868	1.503.533	
Aplicações em moedas estrangeiras	123.263	2	Depósitos em moeda estrangeira		66.696	51.499	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(4)	4.243.707	3.557.887	Outros depósitos		7.423	
Carteira própria	2.300.696	1.589.028	Captações no mercado aberto		1.656.379	1.780.841	
Vinculados a compromissos de recompra	1.177.223	1.000.000	Carteira própria		1.171.922	1.153.573	
Vinculados à prestação de garantias	100.790	166.141	Carteira de terceiros		492.958	211.881	
Títulos objeto de operações compromissadas			Recursos de aceites e emissão de títulos		311.295	(384.866)	
Com movimentos financeiros em curso			Obrigações por emissão de letras financeiras		491.483	56.090	
Instrumentos financeiros derivativos			Relações interfinanceiras		1.417	619	
Relações interfinanceiras			Recebimentos e pagamentos a liquidar		1.417	619	
Relações de arrendamento mercantil			Emprestimos e empréstimos		41.132	8.665	
Outros créditos			Recursos em trânsito de terceiros		41.174	8.696	
Operações de crédito	(5)	245.189	154.311	Obrigações por empréstimos e repasses	(11)	1.123.892	1.452.282
Operações de arrendamento mercantil			Repasses do exterior		961.242	792.446	
Arrendamentos a receber			Repasses do país		64.343	-	
Setor privado			Repasses do exterior	(4)	96.014	659.834	
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil			Instrumentos financeiros derivativos		648.853	888.332	
Outros créditos			Instrumentos financeiros derivativos		648.853	888.332	
Carteira de câmbio	(7a)	3.945.476	11.703.937	Outras obrigações		3.990.722	11.652.765
Rendas a receber			Relações de arrendamento mercantil		1.133	10.556	
Negociação e intermediação de valores			Carteira de câmbio	(7b)	3.578.600	11.300.958	
Diversos	(8)	162.831	106.958	Sociais e estatutárias	(12a)	86.919	14.912
Outros valores e bens			Fiscais e previdenciárias	(12b)	110.522	110.051	
Despesas antecipadas			Negociação e intermediação de valores		27.942	3.175	
Realizável a longo prazo		2.612.668	4.388.122	Divida subordinada	(12c)	6.939	5.284
Aplicações interfinanceiras de liquidez			Outros valores e bens	(12c)	184.622	207.429	
Aplicações em depósitos interfinanceiros			Despesas antecipadas		1.663	1.368	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(4)	174.761	913.351	Realizável a longo prazo		2.612.668	4.388.122
Vinculados a compromissos de recompra			Depósitos	(10)	3.492.070	5.451.264	
Vinculados à prestação de garantias			Depósitos a prazo		1.669.735	2.752.266	
Instrumentos financeiros derivativos			Depósitos interfinanceiros		1.171.922	1.153.573	
Operações de crédito	(5)	91.411	182.749	Depósitos em moeda estrangeira		107.222	140.787
Operações de arrendamento mercantil			Carteira própria		107.222	52.090	
Arrendamentos a receber			Carteira de livre movimentação		107.222	86.677	
Setor privado			Recursos de aceites e emissão de títulos		309.693	317.943	
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil			Obrigações por emissão de letras financeiras		137.943	506.694	
Outros créditos			Obrigações por empréstimos e repasses	(11)	73.973	207.215	
Carteira de câmbio	(7a)	608.092	1.276.376	Emprestimos e empréstimos		48.371	111.097
Rendas a receber			Repasses do país - Finance		25.602	77.772	
Diversos	(8)	328.365	277.618	Repasses do exterior	(4)	92.888	293.594
Outros valores e bens			Instrumentos financeiros derivativos		302.442	142.505	
Despesas antecipadas			Instrumentos financeiros derivativos		302.442	142.505	
Investimentos		23.087	22.023	Outras obrigações	(7b)	1.183.151	1.701.317
Participação em controlada no País	(9)	18.524	18.059	Fiscais e previdenciárias	(12a)	238.218	200.137
Outros investimentos			Divida subordinada	(12b)	291.118	219.727	
Imobilizado de uso			Diversas	(12c)	39.659	21.859	
Outras imobilizações de uso			Resultados de exercícios futuros		2.269	3.657	
Depreciações acumuladas			Resultados de exercícios futuros		2.269	3.657	
Imobilizado de arrendamento			Patrimônio líquido	(14)	1.226.726	1.075.886	
Depreciações acumuladas			Capital social		584.356	506.188	
Outros investimentos			Bens intangíveis		80.097	380.069	
Depreciações acumuladas			De domiciliados no País		491.467	425.727	
Diferido			Reservas de lucros		584.356	498.758	
Gastos de organização e expansão			Ajuste de avaliação patrimonial		6.868	6.868	
Amortização acumulada			Lucros acumulados		66.884	61.494	
Intangível			Resultados de exercícios futuros		2.269	3.657	
Ativos intangíveis			Patrimônio líquido	(14)	1.226.726	1.075.886	
Amortização acumulada			Capital social		584.356	506.188	
TOTAL		16.221.552	24.339.365	Resultados de exercícios futuros		2.269	3.657

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para os semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária	patrimonial	acumulados		
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	234.188	272.000	77.225	418.297	13.310	-	1.015.020	
Homologação do aumento de capital	-	(272.000)	-	-	-	-	-	
Ajuste de avaliação patrimonial	272.000	-	-	-	-	(3.864)	(3.864)	
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	64.730	64.730	64.730	
Destinações:								
Reserva legal	-	-	3.236	-	-	(3.236)	-	
Saldos em 30 de Junho de 2011	506.188	-	80.465	418.297	61.494	-	1.075.886	
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	506.188	78.167	88.451	493.398	2.901	-	1.169.109	
Ajuste de avaliação patrimonial	2.024	-	-	-	-	(11.769)	(11.769)	
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	69.386	69.386	69.386	
Destinações:								
Reserva legal	-	-	2.502	-	-	(2.502)	-	
Aumento de capital	-	78.167	-	-	-	-	78.167	
Saldos em 30 de Junho de 2012	584.355	-	90.957	493.398	66.884	-	1.226.726	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/98, do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizado a desenvolver suas operações por meio de carteira comercial, de arrendamento mercantil, de câmbio e de investimento.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras são preparadas em consonância com as práticas contábeis adotadas pelo Banco de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 normatizadas pelo BACEN e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Tais demonstrações financeiras requerem a adoção de estimativas por parte da Administração. Lucros líquidos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e despesas em curso nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência das normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto, somente alguns foram homologados pelo BACEN. Assim, o Banco, na elaboração dessas demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos contábeis já homologados pelo BACEN, os quais sejam:

a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos;
b) CPC 03 - Demonstrações do fluxo de caixa;
c) CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas;
d) CPC 24 - Eventos subsequentes; e
e) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

As demonstrações do BACEN aprovou os seguintes pronunciamentos, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012:

a) CPC 10 - Pagamento baseado em ações; e
b) CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e reclassificação de erro.

O Banco não espera efeitos significativos decorrentes da adoção destes pronunciamentos. As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) **Reconhecimento do resultado**
As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre os ativos e passivos existentes. Os resultados de arrendamento mercantil, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com conversibilidade imediata ou com prazo de vencimento original igual ao prazo de maturação, são avaliados pelo método linear.

b) **Aplicações interfinanceiras de liquidez**
As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido do custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos avaliados e vendidos.

Os títulos classificados como para negociação e disponíveis para venda são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independente de seu vencimento. O Banco não possui títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento em 30 de junho de 2012 e de 2011.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como para negociação são divulgados no resultado do período.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destinada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Para os semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto o lucro pro ação)

Diretoria	2012		2011	
	Valor de custo/controlado	Ajuste a mercado	Valor contábil	Valor contábil
Recetas da intermediação financeira	665.721	459.360	665.721	459.360
Operações de crédito	17.229	13.861	17.229	13.861
Operações de arrendamento mercantil	23.804	18.859	23.804	18.859
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	545.237	483.442	545.237	483.442
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(34.740)	(47.894)	(34.740)	(47.894)
Resultados de operações de câmbio	15.091	(9.792)	15.091	(9.792)
Despesas da intermediação financeira	(448.531)	(248.162)	(448.531)	(248.162)
Operações de captação no mercado	(311.295)	(384.866)	(311.295)	(384.866)
Operações de empréstimos e repasses	(102.669)	14.835	(102.669)	14.835
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.167)	(5.131)	(15.167)	(5.131)
Resultado bruto da intermediação financeira	217.190	211.144	217.190	211.144
Subtotal do ativo	3.578.539	32.769	3.611.308	3.296.558
Outras receitas (despesas) operacionais	(63.753)	(60.309)	(63.753)	(60.309)
Operações de opções	58.677	58.383	58.677	58.383
Despesas de pessoal	(79.506)	(66.532)	(79.506)	(66.532)
Outras despesas administrativas	(42.893)	(37.356)	(42.893)	(37.356)
Despesas tributárias	(11.693)	(15.994)	(11.693)	(15.994)
Outras receitas operacionais	(19)	14.725	(19)	14.725
Outras despesas operacionais	(19)	(41.944)	(19)	(41.944)
Resultado operacional	133.437	130.835	133.437	130.835
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(417)	(471)	(417)	(471)
Imposto de renda e contribuição social	(15)	(133.020)	(15)	(133.020)
Provisão para imposto de renda	(5.074)	(19.578)	(5.074)	(19.578)
Provisão para contribuição social	(6.220)	(17.669)	(6.220)	(17.669)
Outros créditos	(406.272)	(4.090)	(406.272)	(4.090)
Participações no lucro	(20.753)	(32.447)	(20.753)	(32.447)
Lucro líquido do semestre	69.386	64.730	69.386	64.730
Lucro líquido por ação - em R\$	415.91	388.00	415.91	388.00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2012		2011	
	Índice	Valor	Índice	Valor
Lucro líquido ajustado	69.386	145.532	69.386	145.532
Depreciações e amortizações	2.881	2.256	2.881	2.256
Depreciação de bens arrendados	65.213	47.970	65.213	47.970
Superveniências	(20.716)	(21.786)	(20.716)	(21.786)
Resultado da participação em controlada	(7.288)	(7.705)	(7.288)	(7.705)
Ajuste ao valor justo de TVM e derivativos para negociação	(89.805)	(2.358)	(89.805)	(2.358)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.167	5.131	15.167	5.131
Provisão para fianças	(2.652)	22.463	(2.652)	22.463
Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas e atualização monetária de depósitos judiciais	9.491	16.890	9.491	16.890
Indenizações por danos materiais	31.587	(4.060)	31.587	(4.060)
Participações nos lucros	25.329	32.448	25.329	32.448
Provisão - outros	429	(10.267)	429	(10.267)
Recetas da prestação de serviços não recebidas	(3.277)	(656)	(3.277)	(656)
Variação de ativos e obrigações	(66.335)	158.398	(66.335)	158.398
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(96.867)	527.259	(96.867)	527.259
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e derivativos	21.663	(498.785)	21.663	(498.785)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	2.468	882	2.468	882
(Aumento) Redução em relações interdependências	4.316	(79.557)	4.316	(79.557)
(Aumento) Redução em depósitos de crédito	38.843	42.161	38.843	42.161
(Aumento				



BNP PARIBAS

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.

CNPJ nº 01.522.368/0001-82

(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais)

19. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas operacionais são compostas basicamente por receitas de atualização em depósitos judiciais de R\$7.820 e reversão de provisões de R\$4.018 (R\$7.298 em 2011 e R\$3.360 de variação cambial sobre banqueiros no exterior). As outras despesas operacionais são compostas basicamente por despesas de atualização de contingências de R\$12.238 e R\$14.714 de variação cambial sobre banqueiros e ordem de pagamento no exterior (R\$24.119 de constituição de provisão de fianças e R\$10.453 de atualização sobre riscos fiscais em 2011).

20. RISCO OPERACIONAL

No 1º semestre de 2012, o Banco, continuou o seu processo de análise e monitoramento dos controles internos, incluindo o risco operacional. Com relação ao cálculo da parcela de capital alocada para cobertura dos riscos operacionais, o Banco manteve a metodologia de abordagem básica (BIA), de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. O aprimoramento constante das práticas de Governança Corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles são objetivos permanentes da Administração. O relatório completo sobre a gestão do risco operacional no Banco está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

21. RISCO DE CRÉDITO

O Banco, em aderência ao disposto pelo Banco Central do Brasil, designou um diretor responsável pelo gerenciamento de risco de crédito. Esse diretor, bem como a área de gestão do risco de crédito atuam de forma independente das áreas de negócios e são responsáveis pela aplicação

da política de monitoramento de risco de crédito, pela classificação e controle dos riscos de crédito, em conformidade com as regulamentações, assegurando um nível de risco aceitável da carteira de crédito do Banco.

A área de Risco de Crédito do Banco está inserida na estrutura global de risco de crédito do Grupo BNP Paribas e dispõe de um time de especialistas dedicados exclusivamente ao atendimento desses objetivos.

O relatório completo sobre a gestão do risco de crédito no Banco está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

22. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

O Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado. O Banco identifica, supervisiona e controla de forma eficaz cada fator de risco no intuito de permitir que oscilações bruscas dos parâmetros de mercado possam ser absorvidas sem comprometer os objetivos de médio e longo prazo da instituição no Brasil.

De acordo com as normas do Banco Central do Brasil, o Banco nomeou um diretor responsável pelo risco de mercado. Esse diretor em conjunto com a área de gerenciamento do risco de mercado, que funciona independentemente das áreas de negócios, são responsáveis pela administração da política de monitoramento de risco de mercado, a aprovação de planos de trabalho/ações que envolvam novas metodologias, a validação dos novos produtos e as decisões sobre a adoção de ferramentas para a gestão dos riscos. A área de Risco de Mercado conta com uma equipe de profissionais dedicados exclusivamente a estas tarefas e inseridos na estrutura global de risco de mercado do Grupo BNP Paribas. O relatório completo sobre a gestão do risco de mercado no Banco está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

Marcelo Marques Sellan - Contador - CRC 1SP213451/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Srs. Administradores

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

As operações de arrendamento mercantil realizadas pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A. são registradas e consideradas na elaboração das demonstrações financeiras com a observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem que o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil seja classificado no ativo permanente como superveniência de depreciação, conforme mencionado na nota explicativa 2. Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante e realizável a longo prazo e receitas ou despesas de operações de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, com exceção do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Mudança de auditores

As demonstrações financeiras do Banco em 30 de junho de 2011 foram auditadas por outros auditores, cujo relatório, datado de 19 de agosto de 2011, expressa uma opinião com ressalva quanto à apresentação das operações de arrendamento mercantil, como mencionado na "Base para opinião com ressalva".

São Paulo, 28 de agosto de 2012



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP00160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - Primeiro semestre de 2012

Introdução

Os membros do Comitê de Auditoria, em atendimento às disposições regulamentares vigentes e de seu Regulamento Interno de 14 de julho de 2004, apresentam Relatório de suas atividades desenvolvidas no primeiro semestre do ano de 2012, no âmbito do Banco BNP Paribas Brasil S/A (BNPP BR).

O Comitê de Auditoria do BNPP BR é um órgão estatutário e foi instituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2004. Iniciou os seus trabalhos em 1º de julho de 2004, sendo composto atualmente por quatro membros, dos quais três diretores estatutários e um membro externo, todos nomeados pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Banco Central do Brasil. Também conta com a participação de especialistas, responsáveis pela área de Compliance, Riscos Operacionais e Auditoria Interna.

Na forma da regulamentação vigente, cumpre ao Comitê de Auditoria avaliar a transparência e qualidade das demonstrações financeiras e a efetividade dos sistemas de controles internos da Sociedade e das suas Auditorias Interna e Externa. As suas análises e conclusões são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas dos organismos de controle existentes na Instituição. Não há trabalhos de campo realizados pelos membros desse Comitê, ainda que a maioria dos membros exerça também funções executivas na organização e isso facilite o entendimento das questões tratadas pelo Comitê de Auditoria.

Por não possuir função executiva, cabe ao Comitê de Auditoria, diante das informações que lhe são apresentadas pelo Comitê de Controles Internos, pela Área de Compliance, Jurídico, de Auditoria Interna e pela Auditoria Externa, oferecer à Diretoria Executiva da Instituição as sugestões de melhoria que entende necessárias, ficando a critério exclusivo desta acolhê-las ou não. O Comitê, representado por seu membro coordenador, apresentou à Diretoria Executiva da Instituição o resumo de suas atividades e as principais ocorrências verificadas durante o primeiro semestre de 2012.

Dentro da sistemática regulamentar vigente, o Comitê de Auditoria reuniu-se duas vezes (reuniões 56 e 57) durante o primeiro semestre de 2012. Tais reuniões estão representadas por atas específicas que permanecem à disposição do Banco Central do Brasil. No âmbito das suas atribuições e a partir das informações recebidas, o Comitê de Auditoria não constatou durante o semestre aqui tratado problemas nos controles internos da Instituição que pudessem afetar significativamente as demonstrações financeiras da Sociedade ou a continuidade de suas atividades.

Ouvidoria

Foram apresentados regularmente ao Comitê relatórios das atividades da Ouvidoria no primeiro semestre de 2012 que constatou apenas uma reclamação apresentada por um dos clientes e prontamente resolvida pelos canais competentes, evidenciando que os canais habitualmente utilizados pelos clientes para a solução de problemas ordinários estão atuando corretamente.

Relatório de Controles Internos

O Comitê de Auditoria também tomou ciência do Relatório sobre o Sistema de Controles Internos aprovada pelo Diretor responsável nos termos da regulamentação vigente, do qual pôde-se concluir que os sistemas de controle da Instituição foram avaliados e que não foram constatadas falhas que pudessem influenciar significativamente as demonstrações financeiras da Sociedade. Foi observado também que os esforços empregados no atendimento das recomendações feitas por sua Auditoria Interna, têm produzido os resultados esperados, permitindo que a Instituição encerrasse o semestre sem nenhuma recomendação de alto risco formulada pela Auditoria Interna com seu prazo de atendimento esgotado. Não há recomendações de alto risco feitas pela empresa de auditoria externa.

Demonstrações Financeiras

Nas reuniões que realizou, o Comitê de Auditoria recebeu do responsável da área de Contabilidade da Sociedade a avaliação das demonstrações financeiras trimestrais e do semestre, tendo o Comitê concluído que estas apresentavam consistência, qualidade e clareza necessárias. Como habitualmente ocorre, essas demonstrações foram apresentadas em detalhes, notadamente em suas principais mutações, que foram comparadas com as demonstrações financeiras anteriores. Todas as indagações formuladas pelo Comitê de Auditoria foram adequadamente respondidas, permitindo-lhe concluir pela consistência das demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2012.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria também se reuniu com a Auditoria Interna que reportou os resultados e as principais conclusões de seus trabalhos executados durante o primeiro semestre de 2012, a exemplo do que ocorreu com o semestre anterior. Questionada especificamente sobre as demonstrações financeiras, a responsável pela Auditoria esclareceu não ter sido identificado nas missões que realizou qualquer problema nos controles da Sociedade que pudesse por em risco a qualidade das respectivas demonstrações financeiras. Esclareceu também que tem desempenhado suas funções sempre com absoluta independência, não tendo sido imposta qualquer restrição ao seu trabalho pelos demais prepostos da Instituição ou por sua Diretoria Executiva.

Relativamente à efetividade de seus trabalhos vis a vis a regulamentação vigente, a responsável pela Auditoria Interna afirmou que faz parte integrante de seus trabalhos a verificação do cumprimento dos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição, bem como de suas normas internas, levando o Comitê a concluir, ao final, que a Auditoria Interna tem desempenhado suas funções adequadamente. Todos os trabalhos realizados pela Auditoria Interna são concluídos com base em extensos relatórios encaminhados também aos membros do Comitê. A apresentação feita pela responsável da Auditoria evidenciou a profundidade dos trabalhos desenvolvidos durante 2012 e a procedência das recomendações formuladas, cujo atendimento será acompanhado pela área de Controles Internos da Instituição e pelo Comitê de Auditoria.

Auditoria Externa

A PricewaterhouseCoopers, através de seus representantes legais, diante do Comitê de Auditoria, apresentou suas atividades frente às demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2012 evidenciando adequada integração com as diversas áreas da Sociedade e conhecimento acerca de suas atividades. Confirmou aos membros ter atuado com independência e autonomia na condução de seus trabalhos e que nenhum óbice ao desempenho de suas atividades foi encontrado e que todas as informações solicitadas foram sempre recebidas nos prazos ajustados. No âmbito dos controles internos, a PWC afirmou não terem sido identificadas falhas relevantes ou deficiências significativas que pudessem comprometer a qualidade das demonstrações financeiras da Instituição. Atestou que a circularização de correspondências a advogados e outros profissionais apresentou bom resultado. Esclareceu, ainda, que em seus trabalhos relacionados às demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2012 avaliou, entre outros aspectos, o ambiente de TI, o conjunto das operações envolvendo derivativos, a área de Tesouraria, de câmbio, as operações de crédito e de arrendamento mercantil, as contingências e os depósitos judiciais da Sociedade, tendo concluído que (i) até o encerramento de seus trabalhos não tiveram nenhuma divergência de opinião com a Administração da Sociedade em relação às demonstrações financeiras da Sociedade, (ii) que não identificaram situações que limitassem o desempenho de suas atividades, (iii) que não tinham conhecimento de nenhuma questão relativa à auditoria ou contabilidade, formulada pela Administração a outras empresas de auditoria.

Também em relação à efetividade de seus trabalhos, foi observado que a Auditoria Independente também avalia o cumprimento pela Sociedade de dispositivos legais e normativos aplicáveis às suas demonstrações financeiras e que predominou uma perfeita integração entre os auditores independentes e as diversas áreas do Banco, permitindo ao Comitê concluir que a Auditoria Independente desempenhou suas funções de forma independente e satisfatória.

Conclusão

A partir das considerações feitas pelas áreas entrevistadas e pelos Auditores Internos e Externos, o Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações financeiras semestrais da Sociedade apresentam informações consistentes, apuradas a partir de práticas contábeis regularmente aceitas no Brasil e em consonância com as normas editadas pelo Banco Central do Brasil.

E considerando a abrangência dos trabalhos realizados e o fato de não ter sido identificada no período pelos entes responsáveis nenhuma ocorrência capaz de comprometer significativamente a qualidade e a integridade das informações recebidas, o Comitê de Auditoria recomenda à Diretoria Executiva a aprovação e a publicação das demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2012.

São Paulo, 24 de agosto de 2012.

Comitê de Auditoria
BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.



BNP PARIBAS BRASIL

Mais do que acompanhar os passos de um mundo em mudança, o BNP Paribas é agente desta mudança



O Banco BNP Paribas Brasil exerce sua responsabilidade social através do apoio à instituições via FUMCAD* viabilizando assim, ajuda a milhares de crianças e adolescentes de todo o país. É também um incentivador da cultura, através da Fundação Cultural BNP Paribas Brasil que apoia via Lei Rouanet as mais diversas manifestações culturais como exposições, livros, concertos e espetáculos.

Este é o papel de uma instituição responsável em um país em profunda transformação.



BNP PARIBAS | O banco para um mundo em mudança

bnpparibas.com.br

Sobre o BNP Paribas: O BNP Paribas (www.bnpparibas.com.br) é um dos 10 bancos mais sólidos do mundo de acordo com a Standard & Poor's. Presente em mais de 80 países com mais de 200.000 colaboradores, o BNP Paribas é um líder europeu em serviços financeiros. No Brasil atua nas áreas de Corporate and Investment Banking, Asset Management, Wealth Management e Securities Services. Seu rating brAAA foi reafirmado pela Standard & Poor's em Dezembro de 2011. * Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. | Ouvidoria: 0800-7715999 | Telefone: 11 3841-3100